

## Câmara gasta média de R\$ 1.751 por audiência pública feita à noite

Custo refere-se ao pagamento de horas extras de funcionários da Casa durante as reuniões

Lilian Geraldini  
lilian@jornal.com.br

A Câmara de Vereadores gasta média de R\$ 1.751,80 por audiência pública realizada no período noturno. A alteração para que as discussões solicitadas por Co-

Alteração para que as discussões solicitadas ocorressem à noite foi uma decisão da atual Mesa Diretora

missões da Casa e por vereadores ocorressem à noite foi uma decisão da atual Mesa Diretora para contribuir com a transparência do Legislativo e proporcionar mais participação do público. O custo refere-se ao paga-

Se o horário comercial era motivo para as pessoas não participarem, mudamos para a noite

Matheus Erler, presidente da Câmara de Vereadores

mento de horas extras de funcionários da Câmara.

Neste ano já foram realizadas ao todo oito audiências à noite. O valor médio calculado pela reportagem do IP é baseado em dados disponibilizados pela Casa. As reuniões realizadas por convocação da Comissão de Finanças e Orçamento, obrigações por lei, têm custo de R\$ 2.064,66, e as convocadas pelos vereadores R\$ 1.626,66. Conforme o evento, os funcionários são escalados para "dar suporte necessário às audiências".

Nas audiências convocadas pela Comissão de Finanças trabalham um fotógrafo, três cinegrafistas, um jornalista, um operador de som, um assistente Legislativo, um advogado, um assistente administrativo, um técnico em processamento de dados e um motorista. "Os assessores do Carimonal são comissionados, portanto não geram custo de horas extras. No restante, mantém-se a mesma estrutura que a Casa tem diariamente", informou o Departamento de Comunicação. Este ano foram realizadas duas audiências convocadas pela Comissão — uma sobre o resultado das metas fiscais do terceiro trimestre de 2014 e outra sobre o parecer do TCE (Tribunal de Contas do Estado) para análise das contas do município de 2011.

Nas audiências convocadas por iniciativa dos vereadores e

Mas normalmente acaba sendo um gasto necessário para que haja participação popular

Marcelo Monteiro, professor de Direito Constitucional

aprovadas por meio de requerimentos, o custo é de R\$ 1.626,66, já que não atuam os assistentes administrativos e o advogado. Destas foram realizadas seis: a discussão do campo do Parque São Jorge; mosquitos transgênicos e trotes nas universidades (agendadas pelo vereador José Antonio Fernandes Paiva — PT); o desemprego na cidade (da Comissão de Obras e Serviços Públicos); demissões na empresa THN (de autoria do vereador João Manoel dos Santos — PTB); e sobre alterações no Plano Diretor do município (da Comissão de Legislação, Justiça e Redação). Segundo o presidente da Casa, Matheus Erler (PSC), a prioridade para as discussões "se concentra na participação e aproximação da sociedade com a Casa de Leis". "Se o horário comercial era motivo para que as pessoas não viessem participar



Audiência sobre mosquitos transgênicos realizada em 24 de março está dentro do 'pacote'

## 'Não entendo que seja um gasto excessivo'

Para Renato Morgado, membro do Observatório Cidadão, calcular o custo deste tipo de ação é relativo, já que há gastos para "qualquer atividade". Para ele, é necessário olhar para a atividade em si e as audiências contribuem para a transparência e com a participação popular. "É onde o poder público apresenta publicamente para a população as ações e onde ela pode se manifestar, apresentar posições e tirar dúvidas. Vendo

a importância das audiências, não entendo que seja um gasto excessivo, é justificável. Se existir qualquer tipo de custo a ser cortado, tudo bem, mas acabará tendo um gasto em função de ser à noite". Morgado ponderou que quanto menor um gasto do poder público, melhor. E que se esse investimento for excessivo, deve ser revisto. "Ser durante o dia não é o único motivo que leva ou não à participação popular, mas é uma

restrição. Fazer à noite é uma decisão importante, mas também é necessário avaliar outros elementos de participação, como temas atrativos e maior divulgação", disse. Segundo ele, também há que se avaliar se os apontamentos da população são levados em consideração pelo poder público. "As demandas devem ser ouvidas pelo tomadores de decisão, caso contrário desestimula a participação", afirmou. (LG)

das discussões públicas, mudamos para a noite. Até agora o resultado tem sido positivo."

O resultado apontado por Erler se refere a três das audiências realizadas — sobre o mosquito *Aedes aegypti* do Bem, manutenção do emprego na cidade e trotes violentos. Nas demais, o movimento foi baixo ou até menor do que em audiências realizadas durante o dia. "É importante destacar que, com a mudança, o objetivo da Mesa Diretora foi alcan-

çado, pois em três audiências públicas noturnas, o público superou a participação das audiências diurnas realizadas em todo ano de 2014."

Para o professor de Direito Constitucional da PUC (Pontifícia Universidade Católica) de Campinas e Facamp (Faculdades de Campinas), Marcelo Monteiro, os gastos para esta finalidade são necessários. "Gasta-se uma fortuna também em plebiscitos e referendos com divulgação, urna eletrônica, mas

não há como evitar, são importantes. A população tem que ficar sabendo", disse. De acordo com o especialista, é necessário, no entanto, que a Câmara, os próprios vereadores e o TCE fiscalizem se o gasto é razoável ou exacerbado. "Mas normalmente acaba sendo um gasto necessário para que haja participação popular. Se de repente os assuntos discutidos não tiverem interesse da população, há que se avaliar também se a divulgação foi bem feita", disse.